

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS DO SERTÃO - UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

PAULA ROBERTO DE CARVALHO

**ASSOCIAÇÃO AROEIRA, PIAÇABUÇU-ALAGOAS: UM OLHAR A PARTIR DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA.**

**SANTANA DO IPANEMA - AL
2019**

PAULA ROBERTO DE CARVALHO

**ASSOCIAÇÃO AROEIRA, PIAÇABUÇU-ALAGOAS: UM OLHAR A PARTIR DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA.**

Monografia apresentada à banca examinadora como requisito para conclusão do curso de Ciências Econômicas e obtenção de título de bacharel em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Celso Brandão
Guerreiro Barbosa.

Santana do Ipanema - AL

2019

Catálogo na fonte

Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca Unidade Educacional de Santana do Ipanema

Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

C331a Carvalho, Paula Roberto de
Associação Aroeira, Piaçabuçu-Alagoas : um olhar a partir da economia
solidária / Paula Roberto de Carvalho. – 2019.
42 f : il.

Orientação: Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) –
Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de
Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2019.

Bibliografia: f. 40 - 42.

1. Economia Solidária. 2. Associativismo. 3. Recursos Naturais.
4. Extrativismo Sustentável. 5. Piaçabuçu – Alagoas. I. Título.

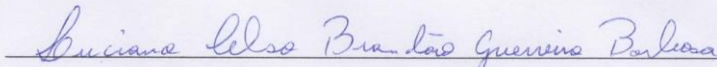
CDU : 334(813.5)

Folha de aprovação


PAULA ROBERTO DE CARVALHO

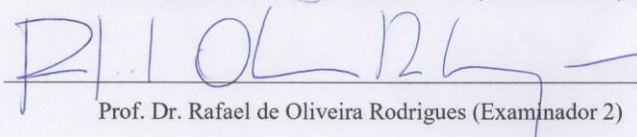
Associação Aroeira, Piaçabuçu-Alagoas: um olhar a partir da Economia Solidária.

Monografia submetida à banca
examinadora da Universidade
Federal de Alagoas e aprovada em
11 de abril de 2019.


Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa – UFAL (Orientador)

Banca Examinadora:


Prof. Me. Alcides José de Omena Neto (Examinador 1)


Prof. Dr. Rafael de Oliveira Rodrigues (Examinador 2)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais que sempre me apoiaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a UFAL por esta grande oportunidade de ter cursado uma graduação, pelos momentos de superação com sabedoria ao enfrentar as dificuldades no decorrer do curso e pela vitória de subir mais um degrau do meu crescimento profissional.

A todos os docentes que contribuíram e deram o seu máximo para nos transmitir seus saberes e permitir que esse momento chegasse.

A minha família, em especial aos meus pais e a minha irmã que sempre acreditaram no meu potencial e sempre estiveram ao meu lado me apoiando, saibam que essa conquista também é de vocês.

Ao meu orientador o professor Luciano Barbosa, que me ajudou a vencer os obstáculos na elaboração dessa pesquisa.

A equipe administrativa e de apoio da UFAL, em especial Elizete e Lucas, que com muito carinho e presteza sempre me serviu da melhor maneira possível.

Aos meus amigos e companheiros nessa caminhada: Experidião, Érick, Guilherme, Ana Lúcia, Érica e a todos os outros, deixo aqui o meu muito obrigada pelos momentos e companheirismo.

Aos colegas do grupo de pesquisa Pibic onde trocamos experiências e avanço nos estudos. As trocas de materiais e discussões auxiliaram muito na obtenção do conhecimento necessário ao desenvolvimento da pesquisa.

RESUMO

O associativismo como um conjunto de práticas solidárias e democráticas surge como novas alternativas socioeconômicas que se formam com a integração dos indivíduos atuando de forma autônoma e inclusiva para reduzir a exclusão social. O objetivo deste estudo consiste em verificar em que medida as práticas produtivas de extrativismo sustentável contribuíram para melhoria das condições socioeconômicas dos associados da Associação Aroeira. O objeto de estudo desta pesquisa foi a Associação Aroeira localizada em Piaçabuçu, Alagoas. Para a execução desta pesquisa foi realizada uma: (a) ampla revisão de literatura (pesquisas bibliográfica e documental) sobre a temática proposta; e (b) pesquisa de campo com realização de entrevistas com os Diretores e observações na Associação Aroeira. O estudo evidencia como um fator contribuinte para a formação da Associação Aroeira à extração dos recursos naturais disponíveis na região da Mata Atlântica pelos atores sociais locais, utilizando-os de maneira eficaz e sustentável favorecendo a preservação/conservação da biodiversidade e, também, beneficiando muitas famílias da comunidade, gerando emprego e renda. A Associação Aroeira ofereceu vários cursos de capacitação aos membros associados tornando as práticas extrativistas mais eficientes, apresentando também novas formas de manuseio, rotulação e envase que agregaram qualidade e valor ao produto e maior acesso ao mercado. Entretanto, um fator prejudicial ao desenvolvimento da Associação é a falta de comprometimento de alguns membros associados em dedicar-se a todas as atividades realizadas pela instituição, da qual são donos. Contudo, a Associação Aroeira mantém sua sustentabilidade e encontra-se em processo de evolução de suas atividades. A Associação permite aos extrativistas obter autonomia, livrando-se do assistencialismo a qual estão condicionados, utilizando sua força de trabalho para mudar a realidade local. Percebe-se um grande destaque para as atividades realizadas pelas mulheres que mesmo sofrendo discriminação de gênero se mostram muito eficientes, tornaram-se fortes, independentes e com o seu trabalho contribuem para a renda familiar modificando a estrutura de dominação patriarcal.

Palavras-chave: Associativismo; Extrativismo Sustentável; Recursos Naturais.

ABSTRACT

Associativism as a set of solidarity and democratic practices emerges as new socioeconomical alternatives that are formed with the integration of individuals acting autonomously and inclusively to reduce social exclusion. The objective of this study is to verify to what extent the productive practices of sustainable extractivism contributed to the improvement of the socioeconomic conditions of the members of the Aroeira Association. The object of study of this research was the Aroeira Association located in Piaçabuçu, Alagoas. For the execution of this research was carried out a: (a) extensive literature review (bibliographical and documentary research) on the proposed theme; and (b) field research with interviews with the Directors and observations at the Aroeira Association. The study evidences as a contributing factor for the formation of the Aroeira Association to the extraction of natural resources available in the region of the Atlantic Forest by local social actors, using them in an effective and sustainable way favoring the preservation / conservation of biodiversity and also benefiting many families, generating employment and income. The Aroeira Association offered several training courses to the association members, making the extractive practices more efficient, also presenting new forms of handling, labeling and packaging that added quality and value to the product and greater access to the market. However, a factor detrimental to the development of the Association is the lack of commitment of some association members to dedicate themselves to all the activities carried out by the institution, of which they are owners. However, the Aroeira Association maintains its sustainability and is in the process of evolving its activities. The Association allows the extractivists to obtain autonomy, getting rid of the welfare that they are conditioned, using their work force to change the local reality. It is possible to highlight the activities carried out by women who, although suffering from gender discrimination, are very efficient, have become strong, independent and with their work contribute to the family income by modifying the structure of patriarchal domination.

Keywords: Associativism; Sustainable Extractivism; Natural Resources.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização do Município de Piaçabuçu no Estado de Alagoas.....	29
Figura 2: Unidade de Beneficiamento da Associação Aroeira, Piaçabuçu/Alagoas.....	32
Figura 3: Área de extrativismo da pimenta rosa manejada pelos extrativistas da Associação Aroeira, Piaçabuçu/Alagoas.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Alagoas
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SE	Sergipe
Sead	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
Sefaz	Secretaria da Fazenda
SENAES	Secretária Nacional de Economia Solidária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	12
3. ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	14
3.1 Economia Solidária no Brasil.....	16
3.2 As Formas Solidárias de Comercialização.....	18
4. ASSOCIATIVISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	23
4.1 Extrativismo e Mulheres Rurais.....	26
5. A ASSOCIAÇÃO AROEIRA.....	29
5.1 Caracterização da Associação Aroeira.....	29
5.2 Desenvolvimento Socioprodutivo da Associação.....	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

A Economia Solidária apresenta uma forma diferente de organização do trabalho, com inclusão social e valorização do capital natural, divergente das propostas apresentadas pela economia convencional, uma vez que contraria o sistema econômico atual que supervaloriza o rendimento monetizado, em detrimento de outras formas de rendimento e de geração de bem-estar para as pessoas. Desta maneira, a Economia Solidária possui o potencial de proporcionar grandes mudanças no atual cenário de desigualdades sociais que permanece perverso com as classes mais baixas de renda, logo, as menos favorecidas e excluídas e/ou marginalizadas.

Um movimento que antes era considerado informal, os empreendimentos econômicos solidários, está se fortalecendo e ocupando cada vez mais espaço no atual sistema econômico, apresentando uma proposta diferente do processo produtivo que segue a lógica do mercado atrelado a economia convencional.

Essa nova estrutura de organização do trabalho pautada no controle dos meios de produção pelos agricultores familiares é a grande promessa para mudanças nas condições de vida. Estas organizações com base na autogestão e na cooperação passaram a contar com o apoio do Estado a fim de amenizar as desigualdades sociais provocadas pela má distribuição de renda. Assim, apresentam-se como novas alternativas para os desempregados e para a massa de trabalhadores superexplorados pelo sistema capitalista.

Desta maneira, os trabalhadores passam a lutar pela sua dignidade e autonomia valorizando o trabalho coletivo. Desse modo, ocasionam uma transição para um sistema solidário direcionado à valorização da sustentabilidade ambiental e redução da exclusão social. Sendo assim, a consolidação de empreendimentos econômicos solidários, principalmente, das associações, como novas alternativas de inclusão social fomentam o desenvolvimento local incentivando a geração de renda, possibilitando, assim, melhores níveis de qualidade de vida para a população, ora marginalizada pelo atual sistema econômico.

Neste contexto a Associação Aroeira como empreendimento econômico solidário se apresenta como um exemplo de nova alternativa de desenvolvimento no ambiente rural; como uma forma de integração das pessoas que lutam por um mesmo objetivo e que passam a utilizar os recursos ambientais disponíveis na região como forma de geração de renda e para as melhorias das condições de vida das famílias rurais. Ainda, se constitui um elemento para o fortalecimento da economia local, sob a lógica da sustentabilidade.

É nesse contexto, que a Associação Aroeira possibilita aos diversos atores sociais de Piaçabuçu, em Alagoas, uma perspectiva de desenvolvimento local sustentável, voltado para sua realidade local e respeitando as particularidades culturais, sociais e econômicas a fim de promover uma utilização eficiente dos recursos naturais existentes no local, além de respeitar o Bioma Mata Atlântica, ora bastante degradado em Alagoas.

Assim, surge o interesse pela investigação sobre associativismo e o papel da Associação Aroeira em Piaçabuçu, Alagoas, verificando as transformações na qualidade de vida dos associados. Nesse sentido, pretende-se com esta pesquisa analisar quais os benefícios para os produtores agrícolas após a implantação do Projeto Aroeira em Piaçabuçu, Alagoas?

Este trabalho possui como objetivo geral, verificar em que medida as práticas produtivas de extrativismo sustentável contribuíram para melhoria das condições socioeconômicas dos associados da Associação Aroeira. Já como objetivos específicos, este trabalho busca: *(a)* caracterizar a Associação Aroeira, apresentando um breve histórico do seu processo de constituição; *(b)* discorrer sobre as práticas de extrativismo sustentáveis adotadas pelos associados da Associação Aroeira; e *(c)* verificar se (e como) as práticas extrativistas sustentáveis adotadas gera melhoria nas condições socioeconômicas dos associados da Associação Aroeira.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem um caráter exploratório, no qual busca entender, de forma preliminar, o Associativismo e seu papel na Gestão dos Recursos Naturais como forma de fomentar o desenvolvimento local. O objeto de estudo desta pesquisa foi a Associação Aroeira, um empreendimento econômico solidário localizado na comunidade de Piaçabuçu, em Alagoas.

Para a execução desta pesquisa foi realizada uma: *(a)* ampla revisão de literatura (pesquisas bibliográfica e documental) sobre a temática proposta, norteadas por: Leff (2001), Singer (2002), Ferreira *et al.* (2007), Souza (2016), Angelin (2014); e *(b)* pesquisa de campo com realização de entrevistas com os Diretores e observações na Associação Aroeira, cujo objetivo foi o de avaliar o processo de caracterização e constituição da Associação, bem como, observar o papel da biodiversidade para o desenvolvimento do sistema socioprodutivo.

As entrevistas foram realizadas no período de dezembro de 2017, por meio de observações em campo e aplicação de questionário semiestruturado pelos discentes participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no projeto de pesquisa *Lógica reprodutiva socioeconômica e a gestão de recursos naturais no rural: o caso da Associação Aroeira, Piaçabuçu/Alagoas*. Cabe, aqui, ressaltar que cada discente ficou responsável por uma temática de pesquisa: associativismo, lógica produtiva, eco tecnologia e inserção mercadológica. No caso da autora deste trabalho, a temática sob sua responsabilidade foi o associativismo.

As entrevistas foram direcionadas aos Diretores da Associação Aroeira, sendo realizadas por meio da aplicação de questionários semiestruturados. O critério adotado para delimitar e selecionar o público a ser entrevistado (para a aplicação dos questionários) foi o grau de conhecimento dos entrevistados sobre a Associação Aroeira e seu papel junto aos membros associados, bem como o grau de comprometimento dos Diretores com a Associação, sendo este critério importante para o entendimento da dinâmica da Associação, quanto aos limites e potencialidades existentes.

As entrevistas gravadas passaram pelo processo de transcrição e análise das falas, evidenciando as informações mais importantes para a discussão dos resultados. Desta forma, este estudo se baseia em informações quanti-qualitativas para sua elaboração. O período de execução do Projeto de Pesquisa desenvolvido no âmbito do PIBIC foi de um ano, entre julho de 2017 a agosto de 2018. Contudo, este trabalho foi desenvolvido até março de 2019.

Para alcançar os objetivos, organizaram-se as informações obtidas voltadas para a caracterização e o processo de constituição da Associação Aroeira, as práticas extrativistas realizadas pelos associados e os benefícios alcançados pelos associados que possibilitasse que os mesmos obtivessem uma melhoria em suas condições de vida. Porém, cabe salientar que estas percepções são oriundas das falas e do conhecimento que os Diretores da Associação Aroeira detêm sobre: *(a)* a localidade; *(b)* as condições socioeconômicas dos associados; e *(c)* os impactos que são gerados sobre a biodiversidade a partir das práticas de extrativismo da pimenta rosa (fruto da aroeira) em Piaçabuçu, Alagoas.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com a literatura econômica a Economia Solidária surgiu com uma lógica produtiva diferenciada do atual sistema capitalista. O modo de produção capitalista está alicerçado na acumulação de capital e obtenção de lucros através da superexploração do trabalhador assalariado (que é condicionado a esse sistema por serem desprovidos de capital), aumentando assim de forma rápida suas riquezas, afinal essa é a lógica de mercado vigente resultando em um elevado nível de pobreza, exclusão econômica e social que cresce a cada dia.

O abismo de desigualdades existentes entre a parte rica da população e os atores sociais desprovidos de capital se evidenciou ainda mais com a Primeira Revolução Industrial no século XVIII. Esse fenômeno de modernização com a inserção de máquinas no sistema produtivo provocou demissão em massa dos trabalhadores, estes são a parte que mais sofre com as atuações do capitalismo, pois dependem de sua força de trabalho para manter-se. Como o sistema capitalista não tem capacidade para incluir todas as pessoas de forma igualitária e os trabalhadores precisam encontrar outras formas de obter rendimentos para sua subsistência, e em resposta as más condições de trabalho, a saída para contornar essa situação são as experiências solidárias que se tornaram meios para superar e combater as precarizações a que estão condicionados, para isso vem acontecendo “[...] uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores [...]” (LECHAT, 2002, p. 6).

Segundo a literatura econômica as primeiras iniciativas solidárias surgiram na Inglaterra com a Cooperativa de Rochdale em 1844, a fim de combater os efeitos negativos do capitalismo, os tecelões constituíram uma cooperativa para obter trabalho e renda. Surge a ideia de empresas guiadas pela autogestão, de forma que as decisões sejam tomadas por todos os membros da empresa solidária e todos possuam informações sobre o que acontece na empresa, contrariando assim o modelo de heterogestão adotado pelo capitalismo em que o proletariado não tem acesso a nenhuma informação que não seja do interesse do proprietário. Na Economia Solidária conforme aponta Singer (2002a) não existem proprietários e trabalhadores, mas todos trabalham e são donos da empresa.

Os empreendimentos solidários tornaram-se alternativas para as parcelas da sociedade marginalizadas, onde não sofrem exploração de trabalho e através de outro modo de produção passam a conseguir trabalho e renda visando não somente a produção para autoconsumo, mas

também são economicamente produtivos de forma democrática e igualitária proporcionando desenvolvimento local e inclusão social. Esta população vulnerável encontra na Economia Solidária formas de reorganizar seus sistemas de produção de uma maneira diferente do que propõe o sistema econômico hegemônico, se constituindo, assim, num modo de produção com uma dinâmica alternativa, como expõe Singer (1998, p. 182): “[...]Um novo modo de produção pode se desenvolver, este capaz de competir com o modo de produção capitalista”.

Dessa forma, “[...] a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002b, p. 10). Diferente do modo de produção capitalista, a estrutura produtiva da economia solidária destaca-se por sua estrutura organizacional firmada pela igualdade, pela solidariedade, onde a parte da população considerada pobre por não ser detentora de capital, cabe destacar que essa população é a maioria, nesse sistema alternativo passam a ter os mesmos direitos sobre os meios de produção de forma democrática, proporcionando novas perspectivas de vida aos trabalhadores que agora passam a ter mais força nessa luta contra as desigualdades sociais impostas pelo capitalismo.

Silva, J. e Silva, S. (2008, p. 5) enfatizam a importância da Economia Solidária como:

[...] uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, incluído e solidário, visto que todos os envolvidos beneficiam dos seus resultados econômicos, sociais, políticos e culturais. Sendo que não há qualquer tipo de discriminação entre os envolvidos, havendo total respeito pela raça, etnia, gênero, geração e opção religiosa.

Neste contexto, segundo Leff (2001) este processo parte do surgimento de outra racionalidade produtiva, uma forma de reapropriação social da natureza, buscando a construção de uma nova racionalidade, onde é indispensável desenvolver e aperfeiçoar o potencial produtivo, a diversidade cultural e a participação social. Desse modo, a parte vulnerável da sociedade que até então representava crescimento de pobreza e miséria pelas outras racionalidades econômicas, ao passar por um processo de reorganização socioeconômica, passa a obter acesso aos meios e recursos produtivos ganhando mais espaços, buscando melhores qualidades de vida ao se organizarem de forma coletiva.

Nessa perspectiva de transformações socioeconômicas provocadas pela nova racionalidade produtiva, compreende-se assim que a Economia Solidária gera desenvolvimento local sustentável proporcionando aos atores sociais excluídos alternativas para superar os efeitos degradantes do capitalismo com valorização do ser humano.

Nesse sentido, uma nova organização do sistema econômico com bases solidárias se fundamenta no associativismo, na cooperação, na autogestão, na democracia, no

desenvolvimento e na valorização social e com a proteção e conservação da biodiversidade (os recursos naturais). Assim, o sistema econômico construído a partir dos princípios da economia solidária demanda uma evolução das práticas produtivas que associado com uma lógica de apoio mútuo e de inserção dos trabalhadores no sistema econômico pode se constituir numa alternativa importante para a redução da vulnerabilidade social, ambiental e econômica, bem como para a redução da pobreza, no Brasil.

3.1. Economia Solidária no Brasil

O Brasil encontra-se abalado com as diversas crises econômicas provocando, ainda mais, a enorme disparidade socioeconômica já existente. Desde o processo de formação econômica do país está evidente os níveis de desigualdades sociais, a má distribuição de renda, alta concentração de propriedades de terra, grande massa de desempregados, o preconceito, a corrupção entre outros fatores que resultaram em uma grande exclusão social ampliando ainda mais as diferenças socioculturais, impedindo a inserção desta parcela na sociedade, prejudicando aqueles que não possuem capitais, os pobres.

Conforme aponta Carvalho (2015) o mercado de trabalho brasileiro sempre apresentou dificuldades na sua capacidade de inserção dos trabalhadores, mostrando-se com uma indústria de base limitada a produção de bens primários mesmo após a implantação de máquinas para indústria de bens de capital. Essa industrialização teve um forte impacto na zona rural, provocando uma grande evasão dessa região para os centros urbanos e que resultou em um grande número de trabalhadores assalariados. No entanto, com as crises econômicas e a estagnação da produção adveio o desemprego e a precarização das condições de trabalho, gerando um exército industrial de reserva.

A explicação para o atraso e exclusão social brasileira deve-se a sua estrutura produtiva pouco diversificada, tendo seu enfoque nas bases agrárias, e uma forte concentração de capital nas mãos da burguesia. Dessa forma, a parte vulnerável da sociedade encontra-se em uma situação de poucas escolhas, ou se submete as condições miseráveis de trabalho oferecidas pelo capitalista ou procura novas formas de obter renda de maneira que possa ocupar uma nova posição no mercado e na sociedade.

Nesse contexto, surge o que Godoy (2009) caracteriza como a busca por novas alternativas que proporcionem melhores condições de vida à parcela oprimida da sociedade, que passa a utilizar o trabalho informal ou temporário para manter sua sobrevivência. A

criação de empreendimentos solidários beneficia essa população que em sua maioria é constituída por aqueles que possuem um baixo nível educacional ou não possui estudo nenhum.

No entanto, conforme aponta Vasconcelos (2007) é necessário ressaltar que no Brasil as primeiras iniciativas com caráter “solidário” não tiveram uma base autogestionária como a cooperativa de Rochdale, mas o interesse principal pela formação dessas empresas partiu da burguesia brasileira para facilitar a sua própria produção. Ainda assim, não se pode considerar que todas as iniciativas solidárias em solo brasileiro foram somente com caráter de valorização de capital por parte dos patrões.

De acordo com a literatura econômica, no Brasil, em 1990o nascimento das cooperativas populares veio com os trabalhadores assumindo as rédeas das empresas que estavam em processo de falência ou que haviam falido a fim de superar o desemprego e proporcionar inclusão social desses que tinham sido excluídos do mercado de trabalho ou que não aguentavam mais as condições insatisfatórias do trabalho.

Com a criação dessas empresas solidárias é possível proporcionar a inclusão dos desempregados que passaram a procurar novas formas para sua sustentabilidade. O Brasil continua vivenciando esse ambiente de crises econômicas e sociais, uma das formas encontrada pelo brasileiro a fim de superar essa situação “[...] foi a organização coletiva de trabalhadores em cooperativas ou associações de trabalho, serviços ou produção e a recuperação de empresas falidas, todas elas com caráter organizativo autogestionário” (NOBREGA, 2006, p.40).

Nesse ambiente de lutas constantes o Estado como promotor de desenvolvimento a fim de facilitar a geração de emprego e renda utiliza a implantação de políticas públicas para incentivar as criações e fortalecimento de empreendimentos solidários que já se faziam presentes no país. Dentre as políticas públicas adotadas pelo governo para favorecer esses empreendimentos a principal e mais importante foi à criação da antiga Secretária Nacional de Economia Solidária – SENAES, com o intuito de proporcionar maior acesso e formulação de políticas públicas para fomentar a produção das empresas solidárias através de subsídios.

Com a criação da SENAES a Economia Solidária no país se alastrou rapidamente, segundo Arcanjo e Oliveira (2017, p.236*apud* SINGER, 2014) “[...] se de 1994 a 2004 a expansão da economia solidária havia sido causada pela crise, de 2004 em diante o crescimento da economia solidária não pôde mais ser atribuído ao crescimento da marginalização”. A criação e ampliação de políticas públicas voltadas para a Economia

Solidária é de extrema importância para o desenvolvimento socioeconômico das localidades. Ainda existem mudanças a serem alcançadas para o “[...] fomento e fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias” (SILVA, 2017, p. 11).

Os empreendimentos continuam enfrentando enormes barreiras econômicas e políticas que limitam a plena expansão de suas potencialidades. Eles dependem fundamentalmente de um ambiente institucional favorável que facilite o processo de reconhecimento (formalização) e de funcionamento (desburocratização), considerando, entre outros aspectos, o adequado tratamento tributário, o tratamento diferenciado nas relações comerciais, a garantia de acesso aos investimentos públicos e à seguridade social como direitos dos trabalhadores e trabalhadoras que optam pelo trabalho associado (SILVA, 2017, p. 11).

É necessário analisar o papel da Economia Solidária e das políticas públicas como vetor de desenvolvimento sustentável das localidades e não somente como fonte de emprego e renda para as pessoas, mas é imprescindível consolidar a perspectiva de “[...] preservar o meio ambiente, a biodiversidade, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados [...] e a promoção de comunidades que por sua própria iniciativa e empenho melhoram suas condições de vida, renovam suas tradições culturais, etc.” (SINGER, 2002b, p. 112).

Sendo assim, o processo de mudanças sociais por meio das cooperativas e associações tornam-se meios para que todos tenham acesso não somente aos modos de produção, mas também ao desenvolvimento de forma igualitária.

3.2. As formas solidárias de comercialização

Para que haja realmente um desenvolvimento igualitário os diversos grupos sociais devem ter acesso aos mercados e aos seus benefícios. Neste sentido, diversas iniciativas de inserção mercadológica fundamentadas nos princípios da economia solidária e que divergem das propostas e formas de ações provenientes da economia convencional, vem emergindo no mundo.

Por exemplo, o comércio justo ou *fair trade* que movimenta o mercado nacional e internacional, que critica as formas atuais de produção e a utilização desregrada dos recursos naturais, ganhou força a partir da crescente demanda pelos produtos de caráter cultural, étnico e que quantifique de maneira justa o trabalho empregado na elaboração dos produtos e

serviços ofertados, especialmente quando desenvolvido pelos atores sociais excluídos e marginalizados pelo sistema econômico convencional.

Além disso, as ações inerentes ao comércio justo buscam contornar o mercado convencional, essa nova forma de comercialização proporcionou um engajamento dos atores sociais locais, bem como proporcionou uma maior rentabilidade econômica, sem que os atores sociais deixem de atuar e se preocupar com a preservação/conservação da biodiversidade e com os problemas sociais e econômicos que impactam negativamente os demais atores sociais.

De acordo com Schweickert (2004) as primeiras iniciativas de comércio justo surgiram como forma de superar as desigualdades sociais agravadas pela forma injusta de atuação do comércio internacional que valorizavam cada vez mais os produtos advindos dos países industrializados, a fim de mudar essa situação foi sendo fomentada a compra de produtos a um preço maior que o de mercado de pequenos produtores, fortalecendo assim a realização destas atividades.

Silva (2011, p.35) compreende que “[...] O comércio justo baseia-se em valores e princípios éticos, boas condições de trabalho, aproximação entre consumidores e produtores, equidade social, preservação ambiental, promoção e respeito dos direitos humanos, principalmente aqueles relacionados às mulheres, crianças e povos tradicionais. [...]”. Não se trata apenas de uma relação comercial, mas também da valorização do trabalho com preço justo e selo de qualidade que garante ao consumidor identificar a origem e qualidade do produto e a manutenção da sustentabilidade ambiental.

As organizações comerciais classificadas como comércio justo obtêm várias oportunidades de acesso a outros mercados, pois com a certificação transmite confiança aos consumidores sobre as condições de produção, padrão de qualidade, maior valor agregado ao produto e efetivo gerenciamento da comercialização promovendo o desenvolvimento dessas organizações comerciais. Contudo, não são todas as organizações comerciais que se enquadram no padrão de comércio justo, deixando de lado pequenos produtores com menor poder aquisitivo que não têm condições de investir na produção em larga escala ou para pagar as taxas de certificação.

O comércio justo visa à introdução de pessoas menos favorecidas no sistema econômico, possibilitando melhores condições de trabalho com produção autossustentável. Dessa forma, a inserção de novas práticas de produção e comercialização fortalece os

empreendimentos solidários promovendo formas competitivas de atuação em outros mercados, bem como oferece apoio às organizações objetivando melhor obtenção de renda.

Para Barbosa, L. e Barbosa Filho (2008, p. 14):

A agricultura orgânica também permite que no quadro da agricultura familiar, haja um maior poder de barganha dos produtores dentro do processo de formação de preço, relativamente à produção convencional. Isso pode garantir maior participação do preço pago ao produtor dentro do processo de formação do preço final, caso se fuja da excessiva intermediação, e/ou se execute uma melhor organização dos produtores parceiros (ex: associativismo). Ao tempo em que, existe a agregação de valor ao produto, devido ao seu status de alimento saudável; e as especificidades da pequena produção.

Segundo a literatura econômica brasileira esse novo conceito de comércio sendo justo e solidário gerou fortalecimento na agricultura familiar, estreitou os laços de empreendimentos econômicos solidários favorecendo a existência de relações comerciais equitativas e com inclusão social, objetivando a redução da miséria e da pobreza uma vez que pequenos produtores atuando no comércio justo e solidário tem mais chances de obter melhor qualidade de vida por meio do reconhecimento do valor de seu trabalho.

Existe ainda a necessidade de desenvolver o mercado interno brasileiro e para isso as políticas públicas estão fomentando o desenvolvimento de grupos formais, cooperativas e associações, por meio de programas governamentais. Conforme aponta Viegas (2012, p.32) “[...] As políticas públicas devem atuar trazendo melhores condições à produção, com assistência técnica, crédito, construção de capacidades e empoderamento de pequenos produtores e, também com o incremento do consumo, por meio de políticas de distribuição de renda e compras preferenciais. [...]”.

Dentre as políticas públicas voltadas para a área rural estão o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ambos os programas visam o fortalecimento da agricultura familiar, uma vez que atuam na aquisição de alimentos advindos da produção familiar proporcionando renda e melhorando a qualidade da alimentação de pessoas em condições de insegurança alimentar. Estes programas compõem o chamado mercados institucionais, que são mercados que se organizam atrelados a demanda das instituições públicas.

De acordo com o Ministério da Educação o PNAE oferece alimentação escolar de qualidade com acompanhamento nutricional de forma igualitária a todos os estudantes sem nenhum tipo de discriminação e com valorização da cultura alimentar local, promove ações de

educação alimentar e nutricional com práticas e hábitos alimentares saudáveis a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Dessa forma, o Programa Governamental objetiva reduzir os níveis de evasão escolar suprindo as necessidades alimentares de cada aluno e estimulando o desenvolvimento e aprendizado daqueles que se encontram principalmente em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, o PNAE através da Lei nº11.947/2009 determina que 30% do valor repassado para alimentação escolar seja destinado à compra, por meio de chamada pública, de produtos advindos da agricultura familiar local, beneficiando assim produtores familiares rurais. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é uma autarquia pertencente ao Ministério da Educação do Brasil que esta responsável pela fiscalização, acompanhamento, coordenação e avaliação do PNAE.

Já o PAA, segundo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) foi instituído para reduzir a fome e pobreza por meio da negociação de alimentos advindos da agricultura familiar gerando emprego e renda para os produtores. O Governo Federal compra parte da produção sem licitações diretamente dos agricultores, associações e cooperativas que estejam ligados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e distribui para a população que se encontra em situação de pauperização por meio de redes socioassistencial, restaurantes populares, doação de cestas de alimentos, banco de alimentos.

O PAA além de combater a fome incentiva à produção de alimentos sustentáveis pelos agricultores familiares e comunidade quilombolas e indígenas, fortalecendo e valorizando a agricultura familiar e desenvolvendo a economia local. O PAA é executado pela Sead em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e por estados e municípios.

Para o efetivo desenvolvimento desses programas foi necessário superar as desigualdades territoriais, preservar as diversidades socioculturais de cada localidade e alavancar a renda dos agricultores familiares por meio da comercialização e agregação de valor aos seus produtos. Um processo longo que promove preservação ambiental, beneficia um grande número de empreendedores familiares rurais e proporciona alimentação a parte vulnerável da sociedade.

Tanto o comércio justo e solidário, quanto os Programas PNAE e PAA no Brasil estão em processo de desenvolvimento, existindo a necessidade de conscientizar as pessoas, bem como os entes públicos, sobre os benefícios dos produtos éticos, localizados e solidários que validam condições dignas de trabalho e sustentabilidade ambiental, tendo em vista que a

lógica predominante do mercado é a obtenção cada vez mais do lucro sem se importar, na maioria dos casos, com a utilização exaustiva do capital social e dos recursos naturais.

É imprescindível a ampliação da lógica de consumo sustentável que vem contornando grandes dificuldades para que consumidores busquem cada vez mais adquirir itens de reais necessidades, considerando que vivem em um ambiente onde predomina a lógica de mercado capitalista com consumismo excessivo. A comercialização de produtos sustentáveis instiga o consumidor a conhecer a forma de produção, buscando produtos mais saudáveis, o aproximando do produtor.

Em muitas situações o produtor consegue obter um maior valor pelo seu produto devido à demanda e a características diferenciadas em comparação aos produtos convencionais e com menor custo. A comercialização dos produtos é feita em feiras livres, lojas de produtores, lojas online, lojas de comércio solidário que promovem a divulgação da origem e caráter social e solidário dos produtos criando um vínculo de confiança com o consumidor.

A propaganda é a maior aliada de vendas dos produtos de comércio justo e solidário, o chamado “boca a boca” e divulgação nas redes sociais consegue alcançar um maior público e aceleram o processo de vendas proporcionando o fortalecimento da comercialização dos empreendimentos da agricultura familiar. A crescente evolução de práticas alternativas de comércio em oposição ao mercado tradicional está promovendo a inserção de pequenos produtores nos mercados competitivos e ocasionando mudanças no sistema atual.

4. ASSOCIATIVISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O associativismo como um conjunto de práticas solidárias e democráticas surge como nova alternativa socioeconômica que se formam com a integração dos indivíduos se organizando para alcançar os interesses da coletividade ao mesmo tempo em que deixam de lado os interesses particulares, assim proporciona maneiras de reduzir as desigualdades sociais e favorece a atuação das pessoas de forma autônoma e inclusiva nesse ambiente de exclusão social. Nessa ótica faz-se necessário deixar de lado a lógica assistencialista na qual os atores sociais encontram-se condicionados, e fazer valer a liberdade e os direitos igualitários reduzindo assim as limitações sociais impostas pelas classes elitistas.

Para Leonello (2010, p. 53) “A inserção em empreendimentos voltados à geração de trabalho e renda pelo associativismo produz o aumento das rendas dos indivíduos participantes e de suas famílias, fazendo com que os cidadãos saiam do estágio de exclusão e vulnerabilidade social”. Dessa forma, as pessoas são capazes de mudar sua própria realidade através da cooperação e do reconhecimento de suas potencialidades. O associativismo é fundamental para o desenvolvimento da coletividade, pois sozinhos os indivíduos não conseguem se articular e promover condições necessárias para tornarem-se independentes.

A exclusão social reflete o nível de pobreza do Brasil que apesar de ser um país rico em diversidades ambientais, étnicas, religiosas, culturais ainda apresenta uma racionalidade excludente que separa de um lado os ricos e de outro os pobres. O nível de desigualdades no Brasil é expressamente demonstrado entre os estados com maior nível industrial quando comparados principalmente à região Nordeste que mantêm sua base econômica na agricultura. Este fato resultou na migração do camponês para outras localidades em busca de emprego, em especial para região Sudeste, que possui grandes polos industriais.

A explicação para essa evasão rural deve-se a um conjunto de problemas ocasionado pela falta de políticas públicas voltadas para o benefício dos trabalhadores rurais que na tentativa de superar as condições de pobreza buscam nos grandes centros urbanos a solução para melhorar a qualidade de vida, contudo ao se mudar para as metrópoles passam a morar nas favelas agravando ainda mais a situação de pauperização em que se encontram.

Além da alta exploração e expropriação do trabalhador rural ocasionada pela concentração de terras pela classe dominante, outro fator que deve ser considerado são as secas causadas pela irregularidade e insuficiência de chuvas, fazendo assim com que o campo não apresente mais a mesma qualidade que tinha para se produzir, além de o processo de

agricultura ser desregrado, com alta exploração do solo e tornando-se cada vez mais dependentes de insumos.

Deste modo, Ferreira *et al.* (2007) ressalta o antigo e contínuo processo de lutas travadas pelos camponeses e agricultores familiares para manter sua sobrevivência e adquirir autonomia, apesar de muitos buscarem a zona urbana, ainda assim, aqueles que estão no rural mostram sua força e resistência para alcançar seus projetos de vida. As regiões rurais detêm um grande potencial ecológico e de mão de obra necessários para produção local e solidária, os agricultores familiares utilizam suas diversidades para se sustentar e contornar as dificuldades que lhes são impostas pelo meio em que vivem.

A fonte de renda do meio rural está totalmente articulada a terra. A agricultura é a principal fonte de ocupação neste meio, os agricultores familiares usam a terra para produzir o sustento de suas famílias e também para comercialização, dessa forma para alcançar o desenvolvimento do ambiente rural é essencial o fortalecimento da agricultura familiar.

Para Souza (2016) como forma de combater a pobreza nasce o associativismo rural que fortalece os agricultores para o mercado de concorrência desleal em que atua o sistema capitalista. O processo de empoderamento econômico e social dos trabalhadores rurais é fundamental para promover o desenvolvimento da localidade, é através da construção de uma nova racionalidade econômica, social e ambiental que será possível promover condições de igualdade para as comunidades, onde os atores sociais possam gerir os recursos naturais de forma eficiente e sustentável.

A população rural que constitui uma maioria no cenário brasileiro e excluída pelo capitalismo passa a buscar nas ações coletivas formas de aperfeiçoar suas potencialidades e transformam suas particularidades em vantagens para se sobressair nesse ambiente de desigualdades, assim o associativismo rural se contrapõe ao hegemônico sistema capitalista e contribui para o desenvolvimento das pessoas de determinadas localidades com enfoque na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

Segundo Garrido e Sehnem (2006) a cultura da cooperação mostra que a organização dos grupos de pessoas em formas associativas ou cooperativas é bem-sucedida quando existe solidariedade, confiança e união entre os membros, fazendo com que estes aperfeiçoem o processo produtivo e obtenham uma evolução nos níveis de produtividade e aumento da qualidade alcançando uma valorização de seus produtos.

A formação de Associações integra os agricultores na representação de seus interesses “[...] sendo as decisões tomadas em níveis mais próximos dos associados e de forma mais

transparente” (GARRIDO; SEHNEM, 2006, p. 75). Dessa forma, os associados passam a realizar suas atividades de forma mais ativa e deve existir a união entre os associados para conseguir alcançar objetivos comuns de forma eficiente.

As associações tornaram-se espaços de participação para os agricultores familiares fortalecendo a coletividade local. Entretanto, para esses atores alcançarem mudanças sociais foram necessárias muitas batalhas para romper com a situação de pauperização e exclusão social. Para Ferreira *et al.* (2007) com o empoderamento (empowerment), os agricultores tornaram-se fortes, unidos para alcançar um benefício em comum que não é somente gerar renda, passaram a se sentir capazes, construíram alternativas para o seu modo de produção, passaram a remodelar o processo de agricultura convencional para uma forma mais sustentável, que visa a produção agroecológica em comunhão com o meio ambiente. O processo de produção através da agroecologia não prioriza a questão mercadológica, este processo é feito de maneira que se pense na preservação do meio ambiente com gestão diferente dos recursos naturais.

O processo de desenvolvimento econômico culminou em um consumo desenfreado, expandiu as desigualdades socioeconômicas e, sobretudo provocou alta exploração do solo provocando altos níveis de degradação ao ambiente. Conforme Garrido e Sehnem (2006) a prática do desenvolvimento sustentável surge da necessidade de mudança do atual sistema vigente que visa somente à alta taxa de produtividade e, conseqüentemente, o lucro, baseado na exploração dos recursos de forma exacerbada sem levar em consideração a sua finitude.

É essencial uma transformação nos padrões de produção visando à sustentabilidade e prevenção do meio ambiente, mas também deve ocorrer uma mudança nos grupos sociais de forma que a parte excluída passe a ter espaço e valor. Essa mudança vem ocorrendo a passos lentos, mas a solução está na agricultura familiar que é a chave para essa transformação, através da reestruturação da produção familiar voltada para “agricultura ecológica e socialmente equilibrada” (GARRIDO; SEHNEM, 2006, p.83).

Estão surgindo novas alternativas de desenvolvimento diferentes da dinâmica do capitalismo, a chamada “via sustentável-solidária”, que para França Filho (2008) surge como solução de combate ao desemprego ou de promoção de desenvolvimento local.

Conforme França Filho (2008, p. 223):

O modo de realização da concepção sustentável-solidária passa pela ideia de reorganização das chamadas economias locais, com base na afirmação do conceito de rede de economia solidária enquanto estratégia complexa e inovadora de cooperação para promoção do desenvolvimento local.

ParaBarbosa, L. e Barbosa Filho (2008, p. 05) “A agricultura orgânica possibilita a expansão da renda para os agricultores familiares. Desta maneira, tais agricultores garantem a sua sobrevivência através de práticas sustentáveis, melhorando as condições ambientais locais”.

Novas formas de produção em harmonia com o conjunto de diversidade étnica, cultural e ambiental, segundo Leff (2001) proporcionará as comunidades alcançarem um desenvolvimento local sustentável por meio da apropriação e transformação dos recursos ambientais. Novas alternativas de desenvolvimento se dão pela autogestão do potencial ecológico de cada região, com a população tendo acesso, manejo e controle de seus recursos produtivos existem possibilidades de erradicar a pobreza e melhorar as condições de vida das populações.

Leff (2001) afirma que deve existir a preservação da diversidade e do equilíbrio ecológico, assim como também valorizar a diversidade étnica e cultural. O surgimento de outra racionalidade produtiva com um processo de reapropriação social da natureza, buscando a construção de uma nova racionalidade, onde é indispensável desenvolver e aperfeiçoar o potencial produtivo, a diversidade cultural e a participação social.

A reapropriação da natureza requer um princípio de equidade na diversidade, isto implica a autonomia cultural de cada comunidade, a autodeterminação de suas necessidades e a autogestão do potencial ecológico de cada região em formas alternativas de desenvolvimento. A parte excluída da sociedade reclama seus direitos que resulta em lutas para participação na tomada de decisões das políticas públicas e na autogestão dos recursos produtivos que até então são dominados pela parte capitalista, mas que afetam suas condições de existência.

Contrariando o modo de produção capitalista com alta exploração do solo e consumo exacerbado, as novas práticas de produção possui a lógica de conservação/preservação dos recursos naturais que causam baixo impacto ao ambiente e, sobretudo favorece os indivíduos das comunidades locais. Através das práticas extrativistas sustentáveis atores sociais conseguem assegurar o autossustento de suas famílias e propiciar uma movimentação econômica regional além de manter a biodiversidade.

4.1. Extrativismo e Mulheres Rurais

O extrativismo sustentável surgiu para conter os desmatamentos, modificar a maneira de utilização dos recursos naturais levando em conta sua finitude e, sobretudo, serem economicamente viáveis as comunidades locais. Assim, os atores sociais locais através de seu conhecimento cultural utilizam os recursos naturais de forma sustentável sem provocar exaustão do solo.

Deve ser ressaltado que o modo extrativista convencional, algumas vezes causam danos a biodiversidade, pois se utilizam de práticas extrativistas predatórias e exclusivamente comercial que não respeitam o ambiente, nem o ciclo natural da fauna e flora local. Sendo assim é necessária a transmissão de um conhecimento técnico que utilize o aproveitamento dos recursos disponíveis sem degradação ambiental. Nesse cenário as formações de associações extrativistas favorece a transmissão de conhecimento técnico a fim de propagar a vida dos recursos naturais e sua melhor utilização como também proporciona uma valorização dos produtos e uma maior rentabilidade.

O mercado oferece várias oportunidades para os produtos extrativos e muitas vezes a demanda torna-se maior do que a quantidade de produtos ofertada devido ao limite de reprodução imposta pela natureza, no entanto, deve-se considerar o esgotamento das reservas naturais e não somente visar à alta produtividade para suprir as necessidades de mercado.

No trabalho extrativista por questões culturais e de maior remuneração os homens são os mais beneficiados, consideram que as mulheres em determinadas situações são incapazes de realizar as mesmas funções que os homens. Contudo, as mulheres vêm demonstrando força e resistência nesse ambiente de desigualdades e ocupando espaços não só na agricultura familiar como também nas práticas extrativistas.

Para Angelin (2014) as mulheres sempre estiveram interligadas com a natureza desde a coleta de alimentos para nutrir seus filhos até a reprodução de plantações, o que evidencia o papel fundamental da mulher no desenvolvimento da agricultura familiar e na “[...] preservação e manutenção da vida saudável e digna, em todas as suas formas [...]”. (ANGELIN, 2014, p.1582).

As atividades desenvolvidas pelas mulheres no meio rural sempre foram vistas como complementares dentro de casa, enquanto as atividades desenvolvidas pelos homens tinham maior importância. Contudo, a quebra desses paradigmas fortaleceu as mulheres e modificou as relações com os homens principalmente na divisão dos trabalhos na sociedade, amenizando assim as desigualdades existentes a fim de construir relações igualitárias e democráticas.

Na luta contra a supremacia masculina e as subordinações as mulheres vêm se destacando desde a conquista pelos direitos políticos até sua inserção no mercado de trabalho. Essas mudanças demonstram a importância e o reconhecimento do papel da mulher no desenvolvimento rural, a valorização do trabalho das mulheres no rural fez com que elas se empoderassem contra as explorações praticadas pelos homens e encontraram no ecofeminismo “[...] uma nova visão de tomada de consciência da falta de valorização das práticas do cuidado com a natureza e com os seres humanos [...]” (ANGELIN, 2014, p. 1582).

Além disso, “[...] o extrativismo oferece à mulher mais condições para organizar e desenvolver a atividade a partir de sua força de trabalho, além do usufruto da renda gerada com a comercialização dos produtos”. (FERNANDEZ; MOTA, 2014, p. 12). Ainda assim, existe uma predominância do homem para exercer as atividades extrativas com maior remuneração, enquanto as mulheres devem exercer atividades extrativistas sempre conciliadas com o trabalho doméstico. Dessa forma, pode-se perceber que existe discriminação em relação à importância do trabalho da mulher que atua no fortalecimento do desenvolvimento familiar e se desdobra para conquistar sua visibilidade no mercado de trabalho.

As “[...] mulheres conhecem, utilizam e comercializam os recursos naturais no seu cotidiano, empenhando-se também em sua preservação. [...]” (FERNANDEZ; MOTA, 2014, p.12). É essencial o reconhecimento da autonomia do trabalho extrativista feminino que através da sua força de trabalho e conhecimento local utilizam o manejo dos recursos naturais para compor a renda familiar, sendo assim as mulheres conseguem poder econômico para melhorar a qualidade de vida no campo.

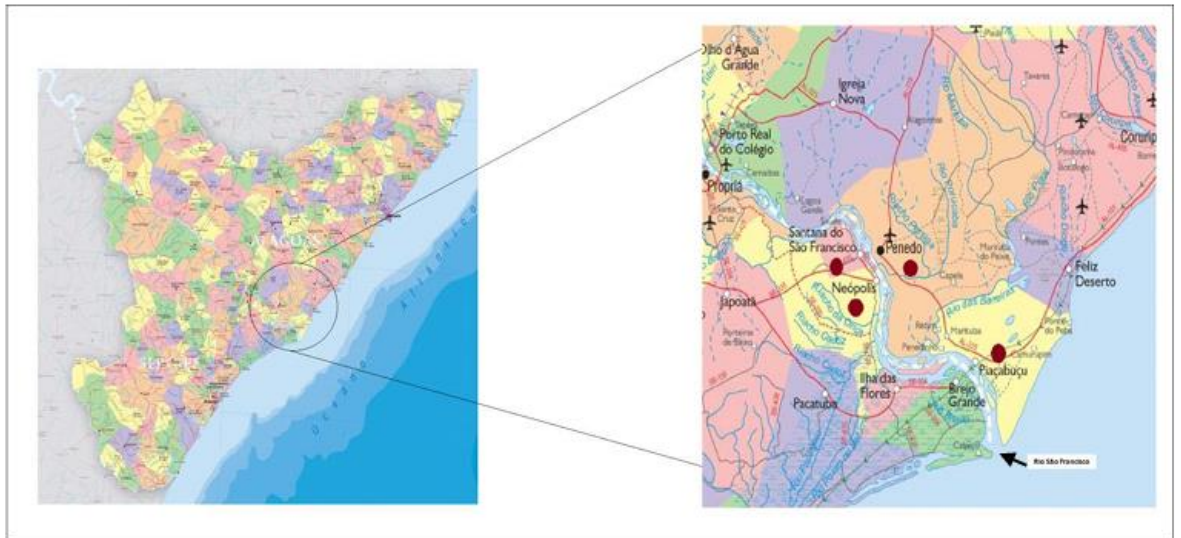
A participação das mulheres rurais na dinamização da economia tendo como pilar a extração dos recursos naturais proporciona empoderamento social e com isso a redução das condições de inferioridade em relações de gênero, viabilizando novas perspectivas de melhorar a realidade local. Um exemplo de superação nesse contexto social são as mulheres extrativistas da Associação Aroeira no município de Piaçabuçu, em Alagoas, na qual encontrou na extração do fruto da aroeira um forte potencial para empreender e, assim, conseguiram modificar a realidade a qual estavam condicionadas.

5. A ASSOCIAÇÃO AROEIRA

5.1. Caracterização da Associação Aroeira

O município de Piaçabuçu localiza-se na Mesorregião do Leste Alagoano e Microrregião de Penedo, fazendo limites com Penedo, Feliz Deserto, Brejo Grande (SE) e Oceano Atlântico, distante 135 km da capital Maceió. A área total do município, segundo IBGE (2010) é de 240,01 km² e densidade demográfica 71,68 hab./km².

Figura 1: Localização do Município de Piaçabuçu no Estado de Alagoas.



Fonte: Adaptado do Censo 2010 do IBGE.

O município de Piaçabuçu apresenta, segundo o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, uma população residente de 17.203 habitantes, dos quais 10.436 habitam a zona urbana e 6.767 na área rural.

A Economia do Município de Piaçabuçu é baseada na agropecuária, principalmente voltada para agricultura e forte atividade pesqueira, com uma parcela voltada para o turismo devido a sua favorável localização. Na zona rural existe um forte predomínio do trabalho familiar e uma das atividades que vem ganhando destaque é a extração de pimenta rosa. A Aroeira-Vermelha (*Schinusterebinthifolius Raddi*), popularmente conhecida como pimenta-rosa, é uma planta nativa da Mata Atlântica e apresenta um forte potencial econômico para a comunidade, tornando-se uma nova alternativa para obter meios de garantir a sobrevivência.

A Associação Aroeira, situada na região do Baixo São Francisco, na área rural no município de Piaçabuçu em Alagoas, foi fundada em 2011, com a união de trabalhadores rurais extrativistas das cidades de Penedo, Piaçabuçu em Alagoas, e de Neópolis e Santana do

São Francisco em Sergipe, que pretendiam melhorar a qualidade de vida através da comercialização da pimenta rosa.

A sede da Associação está em um terreno cedido em comodato pela prefeitura sua infraestrutura possui seis cômodos estando subdividida em recepção, dois banheiros, sala para secagem, sala de beneficiamento, estoque. Foi fundada por aproximadamente 500 associados cadastrados, a maioria sendo mulheres. Estes trabalhadores não possuíam conhecimento sobre o potencial econômico e das propriedades dos frutos da aroeira, como, também, não sabiam da importância do trabalho coletivo, e que este poderia ser solução para os problemas enfrentados na localidade.

O projeto para criação da Associação Aroeira foi coordenado pelo Instituto Ecoengenharia com incentivos financeiros da Petrobras, sendo uma proposta para aumentar a comercialização da pimenta rosa, tendo em vista suas propriedades medicinais e culinárias, sobretudo, a demanda existente pelo produto, além de incentivar o manejo sustentável da biodiversidade presente na Mata Atlântica disponível na região e, assim, gerar renda e promover inclusão social proporcionando novas perspectivas de vida para a população local.

Com um grande potencial produtivo os catadores de pimenta rosa estavam perdendo espaço no mercado e mantinham uma lucratividade baixa, tendo em vista que sofriam exploração pelos atravessadores e a coleta era feita de maneira convencional com forte pressão sobre o solo, alta exploração e degradação do ambiente. Além disso, existia uma desunião entre os catadores que até então faziam as suas coletas por conta própria sem nenhuma orientação ou técnica, e vendiam o produto aos atravessadores a preços extremamente baixos comparados ao valor de mercado.

A necessidade do trabalho em grupo fez com que os coletores de aroeira se tornassem sujeitos ativos na luta contra a exclusão social, exploração e desvalorização do seu trabalho proporcionando encontrar novas alternativas para promover o próprio desenvolvimento. Nesse cenário através da atuação do Instituto EcoEngenharia ocorreu uma modificação na vida dos catadores da aroeira, com a criação da Associação Aroeira foi possível fortalecer a coleta da pimenta rosa e expandir sua comercialização.

O processo de formação da Associação Aroeira foi composto de muitas lutas. De acordo com a Diretora Administrativa Financeira da Associação foi um processo árduo e lento, pois o primeiro passo foi conquistar a confiança das pessoas da localidade que até então não acreditavam que seria possível a implantação de uma associação que trouxesse tantos benefícios como os que foram alcançados. Outra dificuldade foi convencer as autoridades

locais da importância da formação de uma associação e mostrar a humilhação pela qual passava os extrativistas.

Com a criação da Associação os associados mudaram a forma de extração da pimenta rosa e passaram a ter conhecimento de como utilizar as técnicas de manejo sustentável para preservar/conservar o fruto da aroeira visando sua manutenção para as gerações futuras.

Dentro dessa perspectiva sustentável cerca de 20% dos frutos de cada árvore não sejam coletados, a fim de preservar a espécie e garantir a alimentação da fauna local. Além disso, o uso de equipamentos adequados de corte e o transporte correto são essenciais, para não danificar as árvores e aumentar a produtividade para as próximas safras (INSTITUTO ECOENGENHO, [2010 ou 2011], p.11).

No início a Associação contou com o incentivo do Governo Federal, e após muitas lutas hoje acessam os mercados institucionais: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em Piaçabuçu, Alagoas, que compra da Associação parte de sua produção. Porém, cabe salientar, que os associados consideram que a Prefeitura de Piaçabuçu presta um apoio a eles, pois compram seus produtos a partir destes dois Programas Governamentais.

Além da valorização da pimenta rosa houve também uma diversificação da produção que agora contaprodução de bolos de aipim, leite, laranja, doces de leite e frutas, sequilho, a tapioca, frutas desidratadas e outros vários produtos. A Associação também comercializa seus produtos em feiras livres.

Nesse ambiente de vulnerabilidade social através do trabalho dos associados o extrativismo sustentável tornou-se uma importante fonte de renda principalmente para as mulheres que vivem nesse ambiente de sociedade patriarcal. Dentre os 500 associados em 2011, hoje são aproximadamente quarenta cadastrados, no entanto, apenas 20 dos associados atuam fielmente, no entendimento da Diretoria, e a maioria continua sendo mulheres que conciliam as atividades domésticas com a coleta da aroeira, proporcionando um empoderamento e desenvolvimento social.

Quanto à estrutura organizacional da Associação é autogestionária e está dividida em diretorias para facilitar a manutenção das atividades, a coordenação do processo logístico e o escoamento da produção. A gestão atua de forma descentralizada de maneira que todas as decisões são tomadas pelos membros associados em reuniões ordinárias e extraordinárias, dos 40 membros associados ativos, apenas aqueles que adoeceram ou morreram não comparecem as reuniões na Associação. Contudo, os associados encontraram na figura da presidente uma

líder que participa da administração da Associação e é uma extrativista ativa da pimenta rosa. As mulheres são a maioria nos cargos de direção na gestão da associação fortalecendo a independência das mulheres extrativistas.

A Associação promove boas práticas de extrativismo e atua sempre conscientizando seus associados quanto ao manejo sustentável da aroeira sem utilização de agrotóxicos; utiliza um sistema de energias limpas e renováveis para a iluminação, beneficiamento, secagem e manutenção elétrica da Associação reduzindo assim os custos. Na infraestrutura possui um gerador termo solar utilizado para o beneficiamento da aroeira, estufas para desidratação e forno elétrico.

Figura 2: Unidade de Beneficiamento da Associação Aroeira, Piaçabuçu/Alagoas.



Fonte: Pesquisa de campo (2017); Instituto Eco engenho.

O produto da aroeira é bastante utilizado na culinária, ganhou um grande espaço nos restaurantes da capital Maceió e em outras cidades do país. Além disso, a Associação passou a exportar a aroeira obtendo acesso ao mercado internacional. Dessa forma, pode-se perceber que houve geração de renda para a comunidade após a criação da Associação Aroeira, de acordo com a Diretoria da Associação o fruto da aroeira que antes era vendido ao preço de R\$ 0,50 por kg, após o processo de beneficiamento em tempos de auge chegou a custar R\$ 300,00 por kg e hoje está sendo vendido a R\$ 240,00 e R\$ 160,00 por kg, o preço chega a variar de acordo com a localidade da entrega do produto, pois os custos tornam-se maiores para longas distâncias.

Todas essas atividades exercidas pelos associados fortalecem suas relações e estimula o trabalho coletivo para superar as desigualdades sociais. A união entre os associados favoreceu

a superação das dificuldades existentes tornando-os atores sociais autônomos, que lutam todos os dias por melhoria na qualidade de vida deixando de lado os sentimentos de individualismo.

Essas mudanças no contexto social dessa localidade demonstram exatamente o que os autores como Leff (2001), Singer (2002) e Souza (2016) argumentam sobre a importância do fortalecimento da cooperação entre as pessoas utilizando e aproveitando os recursos naturais disponíveis na região. Através da convivência as pessoas da comunidade extrativista passaram a ter mais confiança no outro e além de tudo se ajudar para superar a situação de precarização existente na comunidade.

Os associados extrativistas atuam de forma democrática, com cooperação mútua e uma lógica produtiva diferente da lógica capitalista que visa somente à exploração dos recursos naturais. A lógica adotada pela Associação Aroeira fortalece o desenvolvimento sustentável da comunidade proporcionando uma inserção dos atores sociais locais, provando que é possível desenvolver a economia local.

5.2. Desenvolvimento Socioprodutivo da Associação

A Associação Aroeira como empreendimento associativo buscou caminhos para reduzir a situação de pauperização e exclusão social, oferecendo oportunidade de trabalho e aumento na renda, através da cooperação buscou proporcionar o desenvolvimento local. Corroborando assim com as proposições de Garrido e Sehnem (2006) e Ferreira *et al.* (2007), a comunidade extrativista encontrou no trabalho associativo maneiras para resolver os problemas de forma coletiva, através da integração social desses personagens que enxergam o cenário com uma nova perspectiva para melhorar as condições de vida.

Quanto ao processo de formação da Associação Aroeira, de acordo com a Diretoria, os extrativistas foram incentivados a participar da Associação, pois até então não sabiam como era a atuação de uma associação e os benefícios que poderia trazer para valorizar o seu trabalho e aumentar o conhecimento sobre suas atividades, como também obter representação de seus interesses e ganhar voz frente às instituições políticas para alcançar reconhecimento do potencial do seu produto.

Outro fator que contribuiu para a formação da Associação Aroeira foi a reapropriação dos recursos naturais disponíveis na região da Mata Atlântica pelos atores sociais locais, utilizando-os de maneira eficaz e sustentável. A extração desses recursos naturais foi “o fio da meada” para constituição da Associação que além de contribuir para a

preservação/conservação da biodiversidade, também beneficiou muitas famílias da comunidade gerando emprego e renda atuando de maneira direta para o desenvolvimento local.

A Associação Aroeira ofereceu vários cursos de capacitação aos membros associados tornando as práticas extrativistas mais eficientes, apresentando também novas formas de manuseio, rotulação e envase que agregaram qualidade e valor ao produto. Por meio das iniciativas da Associação houve uma transmissão de aprendizado coletivo, havia ainda membros associados que não sabiam ler nem escrever e após a implantação do Projeto Aroeira na comunidade de Piaçabuçu tiveram a oportunidade de ter acesso ao conhecimento. Com conhecimento os atores sociais passam a lutar por sua independência, construindo possibilidades de modificação do meio em que vive através da organização coletiva do trabalho, um fator essencial para o desenvolvimento da localidade.

Um fator de extrema importância para o alcance do sucesso da associação é a confiança presente na relação dos membros associados. De acordo com a Diretora Administrativa Financeira da Associação, a Associação Aroeira é responsável pela comercialização da produção e repassa o dinheiro aos associados, estes preferem esperar para vender a pimenta rosa através da Associação, pois o valor agregado ao produto é bem maior do que o valor que seria repassado caso fosse vendido aos atravessadores.

Dependendo da quantidade de produtos entregues na Associação existe um revezamento quanto ao processo de vendas, em uma venda é comercializado os produtos de certa quantidade de membros associados, e nas vendas subsequentes são comercializados de outros membros. Dessa maneira, a gestão da Associação consegue agir de forma justa e igualitária.

No entanto, um problema encontrado na Associação Aroeira é a falta de interesse por parte de alguns membros em participar efetivamente de todas as atividades produtivas realizadas pela Associação, participando apenas da coleta da aroeira sem se comprometer com o desenvolvimento da associação. Essa atitude individualista vai contra os princípios do associativismo que visa o beneficiamento do coletivo.

Desta forma, percebeu-se como uma falha, a não existência de uma entrega aos trabalhos exercidos na associação por parte de alguns membros. Estes preferem não arriscar perder um dia de trabalho em outro lugar que lhes garanta o recebimento de algum valor financeiro no final do dia, pois conforme explica a Diretoria, existe o risco de ir a mata procurar o fruto da aroeira e não encontrar o fruto de boa qualidade. Dessa forma, fica claro que alguns membros têm interesse no retorno financeiro imediato e não compreendem as

suas responsabilidades para manter e desenvolver a Associação, pois esta é uma instituição que pertence a todos os membros associados, e como donos estes membros deveriam se conscientizar da importância de sua dedicação ao sucesso da associação.

A Associação Aroeira possui uma reserva financeira para pagar as despesas e manutenção da Associação. Esta reserva é feita através da retenção de uma percentagem da quantidade de produção vendida por cada membro associado. Oferece também uma pequena ajuda de custo aos membros que se encontram em situações precárias e necessitam, por exemplo, de um medicamento.

No processo de coleta da aroeira não ocorre uma delimitação do território para cada membro associado, o processo de extração é feito em parceria e de forma democrática onde os associados coletam a quantidade que conseguem, deixando uma parte para manutenção do capital natural, dentro da área definida para extração. Os coletores de aroeira procuram utilizar os melhores produtos para a comercialização mantendo assim o padrão de boa qualidade do produto, quando os frutos não estão dentro desse padrão de qualidade são moídos e utilizados como condimentos para temperos muito utilizados na culinária, evitando assim qualquer forma de desperdício.

Figura 3: Área de extrativismo da pimenta rosa manejada pelos extrativistas da Associação Aroeira, Piaçabuçu/Alagoas.



Fonte: Instituto Eco engenho

A Associação representa e defendem os interesses dos membros associados, oferece cursos técnicos e capacitação a fim de desenvolver as habilidades desses atores locais, além de lutar por mudanças nas condições de vida através de seu trabalho em conjunto com a comunidade. Através do beneficiamento da aroeira os membros associados aumentaram seus ganhos, no entanto, no período de entressafra aroeira os associados realizam a extração de

outras frutas e a Associação passou a diversificar a produção para tornar possível sua manutenção no mercado, possibilitando assim a viabilidade dos produtos em sua comercialização e, também, conseguir o sustento dos catadores de aroeira no campo.

Existe uma parceria com a prefeitura do município para valorização do potencial produtivo da Associação, introduzindo estes produtos por meio do PAA e PNAE, essas políticas são fundamentais para o fortalecimento da cooperação entre os membros da comunidade, dessa forma os produtos agroecológicos da Associação Aroeira vão ocupando espaços no mercado favorecendo a geração de trabalho e renda, reforçando assim a importância do caráter associativo para o desenvolvimento local.

A Associação Aroeira possui cadastro na Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas (Sefaz-AL), possui emissão de nota fiscal eletrônica efetuando o registro dos produtos vendidos. As atividades da Associação baseiam-se nas práticas de comércio justo e solidário, os bolos, tapiocas, pizzas e pãezinhos de macaxeira são vendidos ao PNAE e em feiras livres. Os doces de leite são comercializados pelo PAA. A pimenta rosa é comercializada in natura sem utilização de conservantes, tem foco para restaurantes, eventos de culinária, tem forte potencial no mercado de turismo, pois pessoas que vem de outras localidades conhecem as propriedades da aroeira e por meio de divulgação passam, a saber, de como é feita a extração desse fruto pela Associação Aroeira. Cabe ressaltar que no entendimento da Presidente da Associação a maior forma de comercialização desses produtos é o “boca a boca”, e também a utilização de técnicas de vendas como, por exemplo, a utilização de amostras dos produtos para atrair os clientes.

Houve uma redução da produção de pimenta rosa devido à quantidade de chuva nos últimos anos, em 2015 foi comercializado 350 kg de pimenta rosa beneficiada, no entanto as safras de 2016 e 2017 mostrou uma queda nos níveis de produção, sendo que até dezembro de 2017 apenas 50 kg de aroeira foram vendidos. Para a Diretoria além da crise financeira essa redução da produção afetou o faturamento da Associação, sendo que existe uma demanda para esse produto e muitos clientes ficarão sem recebê-los, em outro cenário com condições climáticas favoráveis a Associação poderia abastecer o mercado.

A geração de renda para os agricultores rurais através da Associação Aroeira é de extrema importância para obter e garantir melhoria na qualidade de vida desses atores sociais, conforme afirma a Diretora Administrativa Financeira da Associação (2017): “Com o dinheiro que entrava a partir daqui conseguimos melhorar nossas casas em estrutura, comprando coisas pra dentro de casa. Na alimentação, eu sustentei minha família a partir do

trabalho daqui, se a gente ficava doente ou alguma criança ficava doente tinha de comprar o medicamento e nós não tínhamos outra renda tinha que vir daqui”.

No entendimento da Diretoria, a Associação Aroeira hoje consegue se manter “com suas próprias pernas” sem injeção de capital público ou privado. É importante a instituição possuir sustentabilidade ambiental e financeira. Dessa forma preserva/conserva os recursos naturais disponíveis que serão utilizados pelas gerações futuras que manterão a Associação ativa, e além de tudo assegura a inserção econômica dos atores sociais locais.

Quanto ao interesse em permanecer na associação, no entendimento da Diretoria, existe a vontade dos pais em querer que seus filhos estudem em áreas específicas voltadas para a agricultura, dessa forma será possível à manutenção/preservação dos recursos naturais e a continuação e desenvolvimento da Associação Aroeira, pois ambos garantem o sustento da comunidade de Piaçabuçu no campo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Aroeira foi implantado no município de Piaçabuçu em um momento de grande vulnerabilidade social. Os extrativistas da região não tinham possibilidades de emprego e coletavam os frutos da aroeira sem lhe empregar nenhum valor, vendiam as sementes a preços absurdamente baixos e eram explorados pelos atravessadores. Contudo, ao entender o real valor da pimenta rosa e as novas perspectivas que se apresentavam com a criação da Associação Aroeira surgiram novas formas para reduzir as desigualdades existentes no meio rural.

Criada para suprir as necessidades dos coletores de aroeira, a Associação, fortaleceu os vínculos sociais entre os membros da comunidade fazendo prevalecer o sentimento de cooperação para mudar as condições de trabalho e de vida. Um projeto que encontrou um caminho tortuoso até sua realização, onde a maior dificuldade foi conquistar a confiança das pessoas para abraçar essa ideia, hoje beneficia um grande número de agricultores familiares em Piaçabuçu, Alagoas.

Houve um grande número de associados inicialmente apressados por mudanças. Atualmente a Associação conta com uma quantidade bem menor de membros associados, devido à falta de interesses de alguns em exercer suas funções e querer somente usufruir dos benefícios. Contudo, a Associação Aroeira mantém sua sustentabilidade e encontra-se em processo de evolução de suas atividades.

Com a diversificação da produção foi possível assegurar a viabilidade da comercialização, a permanência dos agricultores e sua subsistência no campo. Através da cooperação entre os associados foi possível manter acesa a vontade de continuação da Associação Aroeira, encarando todas as dificuldades para valorizar o capital cultural e natural.

Pode-se observar também a importância das políticas públicas voltadas para valorização das atividades exercidas pela associação, permitindo acesso a outros mercados que vão fortalecer o desenvolvimento desta e oferecer emprego aos moradores da comunidade impulsionando o desenvolvimento local.

A Associação oferece cursos técnicos e capacitações para transmitir aos extrativistas o valor dos recursos naturais disponíveis na região, e que com sua utilização de maneira sustentável é possível ter acesso a um mercado que vem crescendo e se destacando pela presença da agricultura familiar. Assim, os associados passam a confiar ainda mais na atuação

da associação que reconhece os valores culturais, sociais e naturais proporcionando o desenvolvimento da região.

Apesar de alguns associados não assumirem algumas responsabilidades dentro da associação, existe por parte da organização da associação o sentimento de cooperação mútua visando o crescimento dos benefícios do coletivo, e essa organização mantém os membros unidos propiciando o desenvolvimento da associação.

A Associação permite aos extrativistas obter autonomia, livrando-se do assistencialismo a qual estão condicionados utilizando sua força de trabalho para mudar a realidade local. Percebe-se um grande destaque para as atividades realizadas pelas mulheres que mesmo sofrendo discriminação de gênero se mostram muito eficientes, tornaram-se fortes, independentes, e com o seu trabalho contribuem para a renda familiar modificando a estrutura de dominação patriarcal. As mulheres extrativistas de Piaçabuçu tornaram-se parte importante para a evolução da associação, com o conhecimento local dispõe da natureza sem destruir o ambiente com formas mais solidárias de viver promove o desenvolvimento local.

Foi observada a importância da Associação Aroeira para a melhoria na qualidade de vida dos extrativistas de Piaçabuçu. A instituição gera emprego e renda para muitos agricultores familiares garantindo sua sobrevivência. Dessa forma, percebe-se que o trabalho coletivo exercido pelos associados é mais benéfico do que se fosse realizado de forma individual.

A instituição atua com baixíssimos impactos ambientais no processo de produção. É possível observar que a manutenção da semente de aroeira é feita sem a utilização de pesticidas e a extração é feita com técnicas de manejo sustentável preservando a natureza como geradora de vida. Além disso, a associação discorda da visão economicista que busca somente a obtenção do lucro. Lutando contra o modelo excludente capitalista os atores sociais encontraram no empreendimento solidário formas de viabilizar o potencial produtivo com valorização das diversidades étnicas e culturais locais.

Apesar das dificuldades a Associação Aroeira enquanto empreendimento solidário consegue manter sua sustentabilidade econômica e ambiental, demonstra um processo de evolução contínuo com resultados e benefícios importantes para Piaçabuçu, contribui na geração de emprego e renda, preservação/conservação ambiental, combate as desigualdades sociais e fomenta a melhoria nas condições de vida da população propiciando o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, eco feminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 2014. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica -ISSN 1980-7791>. Acesso em 09 mai. de 2018.

ARCANJO, Maria Antônia Silva de; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos**. n. 13, Fundação Perseu Abramo, Ano 11, 2017. Disponível em:<<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/T07Perseu13.ARCANJOOLIVEIRA.pdf>>. Acesso em 02 abr. de 2018.

BARBOSA, Luciano Celso Brandão Guerreiro; BARBOSA FILHO, Agripino Celso Guerreiro. Comercialização Agropecuária e Desenvolvimento Local Sustentável: A Agricultura Orgânica como um Instrumento Indutor de Inserção Internacional. In: **IV Encontro Nacional da Anppas**, 4, 2008, Brasília, DF. Anais (on-line), 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT1-8-22-20080510044350.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2019.

CARVALHO, Polliany Aparecida Lopes de. **Uma análise no setor de bens de capital no Brasil no período recente**. 2015. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

FERNANDES, Thiara; MOTA, Dalva Maria. “É Sempre Bom Ter o Nosso Dinheirinho”: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará.**RESR**, Piracicaba - SP, Vol. 52, n. 1, p. 009-024, Jan/Mar 2014.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno et al. Resistência e empoderamento no mundo rural.**Estud.soc.agric**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 1, p. 123-159, 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. **Revista Organizações de Sociedades**, Salvador, v. 15, n. 45, abril/junho, 2008.

GARRIDO, Loraine Rodrigues. SEHNEM, Simone. Gestão Associativa no Empreendimento Rural. **Revista de Administração**, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, v. 5, n. 8, p. 65-88, jun, 2006.

GODOY, Tatiane Marina Pinto de. **O Espaço da Economia Solidária: A Autogestão na Reprodução das Relações Sociais e os Limites da Emancipação Social**. 2009. 253 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, São Paulo, 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/piacabucu>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

INSTITUTO ECOENGENHO. **Caderno Técnico: Síntese do Projeto Aroeira.** Maceió: Ecoengenho, 2011.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil. In: **II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**, 2, 2002, São Paulo. Disponível em: <<https://terraeprosa.wordpress.com/2011/10/28/as-raizes-da-economia-solidaria/>> Acesso em 02 mar. 2018.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da Economia Solidária.** 2010. 145 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010.

NOBREGA, Juliana da Silva. **As possibilidades de uma ecologia de saberes: a negociação de sentidos no processo de incubação.** 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHWEICKERT, Valmi. **O comércio justo como alternativa para melhorar as relações comerciais e como meio de desenvolvimento sustentável e solidário.** 2004. 53 f. Monografia (Bacharel em Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SILVA, Débora Rodrigues da. **Redes de economia solidária e comércio justo: o caso da Cooperativa Agropecuária Familiar, Uauá e Curaça (COOPERCUC) no semiárido baiano.** 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2011.

SILVA, José Luiz Alves da; SILVA, Sandra Isabel Reis da. A economia solidária como base do desenvolvimento local. In: **E-Cadernos CES**, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, n.2, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/1451>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: conquistas de direitos e desafios institucionais. **Revista mundo do trabalho contemporâneo.** São Paulo, v.1.1, p.8-34, 2017.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. S. et al. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002b, 128 p.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, 182 p.

SOUZA, Fábio Batista de. **Associativismo rural:** uma análise da Associação Comunitária Barra da Espingarda em Caicó/RN. 2016. 73 f. Monografia (Bacharel em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó - RN, 2016.

VASCONCELOS, Maria da Conceição Almeida. **Além da geração de trabalho e renda:** Economia Solidária e participação de cooperados/associados em Sergipe. 2007. 241 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

VIEGAS, Isabel Fernandes Pinto. **Redes de Comércio Justo e Solidário:** organização, relações e valores. 2012. 143 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2012.